



# Trabalho e religião no reino siro-mesopotâmico de Mari

M A R I A D E F Á T I M A R O S A

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa  
frosa@fcsh.unl.pt

**Resumo:** Esta breve análise, resultante de uma comunicação no Workshop “Religião e Trabalho no Mundo Antigo”, pretende entender de que forma era encarado o trabalho no reino siro-mesopotâmico de Mari, no decurso dos sécs. XIX e XVIII a.C. Para os antigos mesopotâmios, o mundo humano e o mundo divino partilhavam um destino comum, que obrigava a uma “aliança” tácita entre ambos e que pautava todos os aspetos da vida terrena, incluindo aquele que respeitava às atividades laborais. Neste sentido, e tendo em conta que o monarca desempenhava uma função sagrada/divina, devemos perceber de que forma este mediava a relação entre os seres humanos e as entidades celestes e quais os traços gerais da sua missão.

**Palavras-chave:** Mari, Período Amorrita, Zimrí-Lím, Ideologia Real, Yahdun-Lím.

## **Work and Religion in the Syro-Mesopotamian Kingdom of Mari**

**Abstract:** Presented in the context of a Workshop entitled “Religion and Work in the Ancient World”, this brief analysis intends to understand how work was perceived in the Syro-Mesopotamian kingdom of Mari, during the 19th and 18th centuries BC. For the ancient Mesopotamians, the human world and the divine world shared a common destiny, which required a tacit “alliance” between them and which governed all aspects of earthly life, including those that concern the work activities. In this sense, and bearing in mind that the monarch played a divine function, we should understand how the king mediated the relationship between the human and the celestial spheres and what were the general features of his sacred mission.

**Keywords:** Mari, Amorite Period, Zimrí-Lím, Royal Ideology, Yahdun-Lím.

Os *Arquivos Reais de Mari*<sup>1</sup> legaram-nos uma extensa informação sobre o funcionamento do mundo laboral no reino siro-mesopotâmico de Mari. Dada a sua natureza, esta documentação respeita, em larga medida, ao universo do palácio, onde o rei vivia com a sua família e onde tinham lugar as grandes oficinas palacianas, para as quais trabalhava uma importante mão-de-obra.

Tal como as restantes esferas da vida humana, os domínios económico e laboral eram tutelados pelas divindades. Os deuses haviam criado o homem para que este para eles trabalhasse, libertando-os dos seus pesados encargos (como relata, por exemplo, a *Epopeia de Atra-Hasis*). Neste sentido, toda a tarefa executada pelo homem estava dependente do aval divino, facto que transparece nas incessantes consultas oraculares realizadas pelo homem de Mari.

Cabia ao rei regular toda esta atividade e zelar pelo bom funcionamento do país, ou não fosse ele o escolhido pelos deuses para prosseguir no mundo terreno o trabalho iniciado pela esfera divina. Neste estudo pretendemos, por conseguinte, analisar a missão do rei enquanto representante das divindades, enquanto grande construtor, pastor e provedor do povo e como cuidador da obra divina.

## 1. A obra divina

A inscrição de Yahdun-Lím que comemora a construção de um templo para o deus Šamaš revela-nos um aspeto crucial da conceção do homem de Mari. O texto refere o seguinte: “Desde a antiguidade, o deus criou a cidade de Mari”<sup>2</sup>. Esta afirmação transmite uma ideia muito clara: a cidade mariota não representava o resultado de uma obra humana, mas sim de uma criação divina. O deus erguera a cidade, onde antes não havia nada (atente-se na utilização do verbo *banûm*)<sup>3</sup>, permitindo posteriormente a instalação de uma população. À sua cabeça, a divindade colocara um lugar-tenente – o rei. Ora, na realidade, não fora só a cidade-reino de Mari que se desenvolvera sob a influência e o escrutínio direto dos deuses; numa perspetiva mais abrangente, o próprio universo havia sido formado e ordenado segundo a vontade da esfera celeste. Assim nos narra a epopeia *enûma eliš*.

Um outro dado relevante referente a esta conceção prende-se com a origem do próprio homem. Em Mari não encontramos nenhum texto que nos transmita de forma direta o pensamento antropogónico da sua população. Sabemos todavia,

1 Os *Arquivos Reais de Mari* contêm informação respeitante aos governos de Yahdun-Lím (c. 1810 a.C. a 1794 a.C.), Sumu-Yamam (c. 1793 a 1792 a.C.), Yasmah-Addu (c. 1792 a 1775 a.C.) e Zimrí-Lím (1775 a.C. a 1762 a.C.). A nossa análise baseia-se nesta documentação e em algumas fontes monumentais e centra-se nos reinados de Yahdun-Lím e de Zimrí-Lím.

2 Douglas Frayne – *Old Babylonian Period (2003-1595 BC)*. The Royal Inscriptions of Mesopotamia, Early Periods, 4. Toronto: University of Toronto Press, 1990, p. 605 (E4.6.8.2, l. 34-35).

3 O verbo *banûm* significa “criar”, “construir” ou “gerar” (*Chicago Assyrian Dictionary*, B, p. 83) e é utilizado amiúde nas epopeias de criação.

através de testemunhos mais antigos ou até mais tardios, que, para os mesopotâmios, o homem fora criado pelos deuses a partir da argila (tal como relata, por exemplo, o mito *Enki e Ninmah*) ou da argila e do sangue de um deus morto (tal como relatam a *Epopeia de Atra-Hasis*<sup>4</sup> e *enūma eliš*<sup>5</sup>). Estas duas versões mitológicas encontram repercussões no pensamento de Mari<sup>6</sup>. Efetivamente, há indícios que apontam no sentido de ter existido no reino das margens do Eufrates um sincretismo ou comunhão entre as ideias antropogónicas sumério-acádicas<sup>7</sup> e aquelas que poderíamos apelar de amorritas<sup>8</sup>.

Posto isto, podemos dizer que o homem, uma vez que fora moldado a partir da argila, matéria que expressava a sua própria vulnerabilidade, constituía uma parte integrante da obra divina. Não fora o mundo (i.e. as cidades tais como Mari) formado a partir desta mesma matéria? De facto, no universo siro-mesopotâmico os edifícios eram maioritariamente construídos em adobe. A arquitetura siro-mesopotâmica estava estritamente dependente do uso da argila, e as constantes reparações a que esta obrigava espelhavam dois aspetos ideológicos complementares: por um lado, a necessidade de empregar esforços contínuos no sentido de conservar a obra divina, por outro lado, a ameaça de destruição que pendia sobre o mundo terreno caso esta obra não fosse devidamente cuidada. A argila simbolizava, em suma, a plasticidade da obra divina e a autoridade suprema da esfera celeste sobre todo o mundo.

Um último aspeto a ressaltar prende-se com a razão da criação do homem. A composição *Atra-Hasis* é clara neste sentido: o homem havia sido gerado para libertar a esfera divina do seu árduo trabalho<sup>9</sup>. Assim sendo, o homem nascera para trabalhar, estando, desde a sua origem, dependente e subserviente do mundo dos deuses.

O próprio soberano, lugar-tenente das divindades, não escapava a esta realidade. O rei havia sido designado pelos deuses como protetor e supervisor da sua obra. No mundo terreno, o rei desempenhava uma missão divina (ele era o vigário

4 O texto refere-se à mistura do sangue de um deus denominado Wê com argila.

5 *Enūma eliš* refere a condensação do sangue do deus revoltoso Kingu.

6 De facto, encontramos ecos destas duas conceções na carta *Archives Royales de Mari XXVI/3 558* (veja-se nota 8) e em alguns textos que se referem ao uso da argila na criação de diferentes criaturas (veja-se o texto *Archives Royales de Mari XXVI/1 208*, em Jean-Marie Durand – *Archives Épistolaires de Mari 1/1 Archives Royales de Mari XXVI/1*. Paris: Éditions Recherche sur les Civilisations, 1988, que abordaremos adiante).

7 Das quais se destaca a criação a partir da argila e a criação através da saída da terra (género *emersio*), como relatada na composição suméria *Poema da Enxada*.

8 A expressão que vemos aparecer em *enūma eliš* aquando da referência à criação do homem através da condensação do sangue, *dāmam kašārum*, está também presente num texto de Mari (*Archives Royales de Mari XXVI/3 558*, referido em Jean-Marie Durand – *Le Combat entre le Dieu de l'Orage et la Mer*. In J.-M. Durand e Jean Margueron (dir.) – *Mari. Annales de Recherches Interdisciplinaires*, 7. Paris: Éditions Recherche sur les Civilisations, 1993, p. 41-61), muito mais antigo.

9 Veja-se a epopeia de *Atra-Hasis*: “Quando os deuses como o homem / Suportavam o trabalho, realizavam a corveia / O trabalho dos deuses era grande / Pesado o seu fardo, numerosas as suas dificuldades” (l. 1-4).

– *šākin* – dos deuses). Todavia, ele não era um deus, mas sim um homem. Quando em *Archives Royales de Mari XXVI/1 208* os deuses profere o seguinte juramento: “Não agiremos com maldade contra o tijolo de Mari nem contra o guardião de Mari”<sup>10</sup>, o que pretendem assinalar é precisamente a proteção concedida ao rei (o guardião) e à instituição real (o tijolo)<sup>11</sup>. Como vemos, o rei e a monarquia inseriam-se na mesma lógica que temos vindo a estudar, isto é, eles faziam parte da obra dos deuses. O tijolo assinalava a função do rei enquanto elemento da estrutura cósmica, enquanto parte integrante da edificação divina. Em suma, o mundo, o homem e o rei haviam sido feitos a partir de uma mesma matéria e fariam, por conseguinte, parte de uma mesma obra – a obra divina.

## 2. O lugar-tenente do deus

Cabe-nos, pois, analisar qual era a principal tarefa do rei enquanto vigário do deus. Um tijolo de argila inscrito, encontrado no palácio de Mari, fornece-nos a resposta a esta questão. Nele, pode ler-se: “Zimrí-Lîm, rei poderoso, encarregado de executar o trabalho dos deuses”<sup>12</sup>. Ora, como o texto nos indica, o soberano era o principal encarregado de garantir a continuação do trabalho iniciado pelos deuses, de prosseguir no mundo terreno as tarefas anteriormente executadas pelas divindades. Dele devia partir o exemplo. Ou seja, após a outorga da realeza pelos deuses, o monarca devia assegurar a continuidade das tarefas laborais e económicas que permitiam ao mundo manter a sua orgânica natural. Como tal, ele próprio assumia-se como um trabalhador, reclamando para si o papel de “chefe” (numa dupla aceção: política e laboral). A própria missão que desempenhava, isto é, a realeza, consistia num encargo (ou, se preferirmos, num trabalho) outorgado pelos deuses, que fazia dele, à semelhança do seu povo, um servo da sua divindade. Ao executar o trabalho *dos* deuses, o rei conservava a obra divina e promovia a ordem natural do *cosmos*.

Nos textos de Mari, a palavra mais utilizada para designar “trabalho” é *šiprum*. O vocábulo era usado pelos mariotas para referir qualquer tipo de trabalho, quer se tratasse da confeção de uma estátua, da reparação de um dique ou da manufatura de um tecido<sup>13</sup>. Todavia, apesar do seu significado, o termo não provém de um verbo com o sentido de “trabalhar”. Na realidade, em acádico não há um verbo que por si só possa ser traduzido desta forma. A raiz ŠPR, da qual este termo deriva, tem o

10 Cf. Francisco Caramelo – *A linguagem profética na Mesopotâmia (Mari e Assíria)*. Cascais: Patrimonia, 2002, p. 77.

11 Sobre a interpretação deste e o simbolismo a ele inerente, veja-se Francisco Caramelo – *A linguagem profética na Mesopotâmia...*, p. 79.

12 Douglas Frayne – *Old Babylonian Period (2003-1595 BC)...*, p. 623 (E4.6.12.1., l. 1-5).

13 Por exemplo, no texto que acabámos de ver, a expressão utilizada para designar o trabalho que Zimrí-Lîm devia desenvolver é *šipir ša ili*.

sentido de “enviar”, “ordenar” ou “administrar”<sup>14</sup>. *šiprum* representa um substantivo, com nuance passiva, que exprime o produto resultante da ação desenvolvida. Assim, ele pode assumir os sentidos de “mensagem”, “missão” ou “trabalho”<sup>15</sup>. Poderíamos porventura traduzi-lo também como “encargo”, remetendo assim para a atividade produzida após a formulação de uma instrução ou a atribuição de uma tarefa.

Esta tarefa seria conferida, em primeira instância, pela divindade aos seres humanos, seguidamente pelo rei, enquanto seu lugar-tenente, aos seus súbditos, ou ainda, pelos intendententes e governadores designados por este aos seus subalternos, numa cadeia de relações estritamente hierárquica, que espelhava a forma como estava organizada a sociedade e o mundo do trabalho em Mari.

Referimos ainda que, em contextos laborais, é frequente o uso do verbo *epēšum*, que significa “fazer”. Nos textos de Mari referentes à administração do palácio e à execução do trabalho, o verbo pode adquirir os sentidos de “construir”, “edificar” ou “confecionar”<sup>16</sup>. Ora, juntando o substantivo *šiprum* ao verbo *epēšum* obtém-se a fórmula *šipram epēšum* que toma o sentido de “trabalhar”<sup>17</sup>. Numa tradução mais literal, poderíamos traduzi-la como “executar uma tarefa (atribuída)”.

### 3. A missão do rei

#### 3.1. Assegurar a conservação do mundo terreno

Em que consistia ao certo a missão do rei? De que trabalho falamos exatamente? A inscrição de Yahdun-Lîm, anteriormente referida, transmite-nos uma vez mais alguns aspetos relevantes sobre estas questões. Nela se refere que Yahdun-Lîm é “aquele que abre canais”<sup>18</sup>, “aquele que constrói muralhas”<sup>19</sup> e “o providenciador de abundância e de fartura para a sua população”<sup>20</sup>. Ora, se compararmos estes trechos à composição *Atra-hasîs*, tornam-se evidentes algumas semelhanças. Aí se diz que “The gods had to dig out canals / Had to clear channels (...) The gods dug out the Tigris river / And then dug out the Euphrates”<sup>21</sup>. Infelizmente, o texto encontra-se bastante fragmentado nas linhas seguintes. Podemos especular, todavia, que o relato prossegue indicando outras tarefas assumidas pelos deuses. Então, pondo

14 Cf. *Chicago Assyrian Dictionary*, Š/1, p. 430.

15 Cf. *Chicago Assyrian Dictionary*, Š/3, p. 73 e John Huehnergard – *A grammar of Akkadian*. Winona Lake – Indiana: Eisenbrauns, 2005, p. 524.

16 Cf. *Chicago Assyrian Dictionary*, E, p. 191b.

17 Cf. *Chicago Assyrian Dictionary* Š/3, Šipru 3, p. 76 e ss.

18 Douglas Frayne – *Old Babylonian Period (2003-1595 BC)...*, p. 620 (E4.6.8.2, l. 20).

19 Douglas Frayne – *Old Babylonian Period (2003-1595 BC)...*, p. 620 (E4.6.8.2, l. 21).

20 Douglas Frayne – *Old Babylonian Period (2003-1595 BC)...*, p. 620 (E4.6.8.2, l. 23-24).

21 Stephanie Dalley – *Myths from Mesopotamia. Creation, the flood, Gilgamesh and others*. Oxford: Oxford University Press, 1991, p. 9.

as duas fontes em confronto, concluímos que os empreendimentos de construção, abertura e reparação de diques e de canais, para os quais as divindades tanto haviam labutado seriam agora realizados pelo próprio rei. De facto, o soberano assume a tarefa divina, encarrega-se da irrigação da terra, tal como os deuses se haviam, um dia, encarregado da irrigação do universo.

À metáfora do irrigador, que permitia a fertilidade da terra e a prática da agricultura, juntava-se a imagem do construtor, que erguia templos, palácios e moradas, protegendo assim a sua população e permitindo a sua vivência quotidiana. Para além disto, o monarca era ainda aquele que providenciava “abundância para a sua população”, aquele que abastecia o país, que alimentava o seu povo e garantia a sua prosperidade. Este aspeto explica que a sua própria população lhe fosse devota e submissa e que o reconhecesse como o “pastor forte”<sup>22</sup>. A imagem do pastor é já conhecida desde o período sumério, tal como aliás as restantes. Pretendia-se com ela evidenciar o papel do rei enquanto guia do seu povo (equiparado a um rebanho), como o protetor que lhe garantia o alimento. Na verdade, além de pastor do seu país, o monarca estava paralelamente encarregado de suprir as necessidades do mundo divino, devendo sustentar a esfera celeste, agora afastada dos seus pesados trabalhos. O rei era, em suma, um trabalhador por excelência.

Como vemos, o trabalho representava a pedra basilar da relação entre o homem, a título pessoal, ou entre o rei, enquanto representante do seu país, e os deuses. Assim sendo, o soberano devia trabalhar no sentido de prover as suas divindades. A inscrição de comemoração de Yahdun-Lîm é clara neste sentido. Após o deus Šamaš ter ouvido as suas preces e de ter partido com ele para a batalha, após o deus<sup>23</sup> ter fundado a cidade de Mari, Yahdun-Lîm trabalhara no sentido de garantir a sua conservação e de expandir o seu poder. Tudo, claro está, em nome do deus e sob a sua contínua alçada e proteção. Em nome do seu patrono, o monarca mariota combatiera os inimigos, pacificara o país e retribuía a benesse que lhe fora outorgada através da construção de uma morada terrena para o deus. Vejamos: “Ele construiu o templo de Šamaš, seu senhor, um templo cuja construção é perfeita em termos de trabalho artesanal, (um templo) adequado à sua natureza divina”<sup>24</sup>.

O texto sublinha o facto de a morada construída por Yahdun-Lîm para o deus Šamaš não se tratar de uma morada qualquer. Pelo contrário, ela era a “adequada à sua divindade”. E porquê? Porque os esforços empreendidos na sua construção, a mão-de-obra dispensada e todo o trabalho artesanal efetuado haviam permitido a sua magnificência. Ou seja, no fundo, o rei mais não fizera do que cumprir

22. Veja-se *Archives Royales de Mari XXVI/2* 346, em Dominique Charpin, Francis Joannès, Sylvie Lackenbacher e Bertrand Lafont – *Archives Épistolaires de Mari 1/2*. Paris: Éditions Recherche sur les Civilisations, 1988, p. 119-120.

23. Um deus não mencionado, simplesmente *dingir*.

24. Douglas Frayne – *Old Babylonian Period (2003-1595 BC)...*, p. 607, (E4.6.8.2, l. 100-102).

a sua condição humana, que consistia em corresponder às expectativas dos deuses, trabalhando. Um último aspeto a assinalar prende-se com o verbo empregue para registar a ação do rei. Ele constrói (*epēšum*) enquanto a divindade cria (*banûm*)<sup>25</sup>. Ao invés do rei, o deus impõe a sua vontade e intervém no mundo, ordenando-o e alterando-o conforme o seu desígnio, porque ele é o seu criador.

Estas últimas considerações levam-nos à segunda dimensão do trabalho do rei, aquela que consistia em assegurar a manutenção da esfera celeste.

### 3.2. Assegurar a manutenção da esfera celeste

Para além das moradas divinas, o rei estava incumbido de administrar e fazer executar todo o tipo de trabalho destinado às divindades. Era dele que partia a ordem de construção dos templos, de confeção de estátuas e de fabrico de grandes tronos. Aliás, este é um aspeto que sobressai na designação dos anos de reinado dos monarcas mariotas. Em Mari, durante os governos dos soberanos da dinastia Lîm, os anos de reinado eram nomeados consoante o evento mais importante ocorrido no ano anterior. No governo de Zimrî-Lîm, último rei de Mari, destacam-se, para além dos acontecimentos políticos, os feitos religiosos. A oferta de *ex-votos* era comum e fazia parte do programa de governo de qualquer rei. Assim, a título de exemplo, mencionamos o 5º ano de governo, que ficou conhecido como o “Ano em que Zimrî-Lîm ofereceu um grande trono ao deus Šamaš”. No fundo, Zimrî-Lîm mais não fizera do que prosseguir o trabalho do seu antecessor, que lhe havia já erguido um templo<sup>26</sup>.

As estátuas, representações das divindades, constituíam um dos aspetos fundamentais do culto. A estátua habitava no templo e necessitava de cuidados diários tal como qualquer ser humano. Ela era tratada e ungida com óleos, viajava quando necessitava de se deslocar a outros templos ou de partir em procissão, e diante dela eram depositados alimentos para a sua subsistência. Julgava-se que o deus, de certa forma, *habitava* a sua estátua<sup>27</sup>, representando esta uma forma de contacto essencial entre o homem e o seu deus, que transmitia uma sensação de grande proximidade. Não é de estranhar, por isso, que grande atenção fosse dada à confeção e manutenção destes elementos do culto. A ordem de fabrico ou reparação partia, como

25 Veja-se, a propósito desta questão, a inscrição que comemora a construção da cidade de Dür-Yahdun-Lîm: “onde nenhum rei, desde a antiguidade, construiu uma cidade, eu (Yahdun-Lîm), tendo-o desejado, construí (*êpuš*) uma cidade” (Douglas Frayne – *Old Babylonian Period (2003-1595 BC)*..., p. 603, [E4.6.8.1, l. 38-40]).

26 Veja-se a inscrição E4.6.8.2 que temos vindo a analisar.

27 As cerimónias culturais que tinham lugar após a confeção da estátua (ou de outros objetos de culto) tomavam o nome de *pîl pîm* (“abertura da boca”) e pretendiam carregá-la de numinosidade. Sobre este assunto, veja-se Jean-Marie Durand – *La religion amorrite en Syrie à l'époque des archives de Mari*. In G. del Olmo Lete (ed.) – *Mythologie et religion des Sémites Occidentaux*. Vol. 1: *Ebla, Mari (OLA 162)*, Leuven – Paris – Dudley, MA: Peeters, 2008, p. 331.

dissemos, do rei, tal como o constata o texto *Archives Royales de Mari* III 43, onde um alto funcionário lembra: “Acerca do trabalho de Ninhursagga, missão que o meu senhor me confiou (*wu’urum*)...”<sup>28</sup>. Como referimos, o rei estava no topo da pirâmide laboral mariota.

Todo este trabalho estava sujeito a contínuas consultas oraculares. Era necessário, antes de empreender qualquer tipo de ação, antes de proceder a qualquer tipo de trabalho, desvendar a vontade divina. Lembramos que o trabalho era a base fundamental da relação entre o homem e os deuses. Assim, a comunicação entre o mundo terreno e o mundo divino devia ser constante. Os adivinhos desempenhavam um papel fundamental neste sentido. Na realidade, estes técnicos da adivinhação eram figuras de grande destaque na administração do rei, que estavam ao corrente dos segredos de estado. Era a eles que o rei recorria quando se esperava saber se determinado trabalho devia ou não ser executado e se a altura para a sua realização era a mais propícia. *Archives Royales de Mari* XXVI/1 152 transmite-nos um exemplo deste tipo de consultas: “Yašim-Hadnû, o adivinho, consultou os oráculos relativamente ao bem-estar da cidade de Mari e dos ateliers de trabalho, desde este dia até ao final deste mês. Os presságios [*têrêtum*] (que ele obteve) são maus. Uma segunda vez, fi-lo consultar os oráculos e os resultados (que ele obteve) são positivos até ao dia 15. (...) Eu próprio<sup>29</sup> inspecionei as minhas equipas de trabalhadores no momento em que se iniciar o trabalho”<sup>30</sup>.

O resultado da consulta acerca do bem-estar dos ateliers fora algo ambíguo. Os deuses haviam alertado, numa primeira consulta, para o mal-estar sentido nos ateliers, quiçá para uma possível ameaça que pairava sobre as oficinas palacianas. Após a obtenção dos resultados e a sua comunicação por parte do adivinho, o alto funcionário Itûr-Asdû tratara de tomar as devidas providências no sentido de combater quaisquer infortúnios. É neste âmbito que ele procede à inspeção das equipas de trabalhadores sob a sua responsabilidade. Devemos referir que o verbo *wu’urum*, do qual provém o substantivo *têrtum* (pl. *têrêtum*), tem um significado idêntico a *šapârûm*, de onde deriva o termo *šiprum* (“trabalho”). No entanto, apesar de ser frequente a sua utilização em contextos de trabalho, nem o verbo nem o seu substantivo adquirem o significado de “trabalhar” ou de “trabalho”.

De facto, o verbo *wu’urum* pode ser traduzido como “ordenar”, “encarregar”, “governar” ou “enviar (uma pessoa ou uma mensagem)”<sup>31</sup>. Já o termo *têrtum* adquire o sentido de “mensagem”, “instrução” ou “comissão”<sup>32</sup>. Novamente, apresenta-se nos

28 Jean-Marie Durand – *Documents Épistolaires du Palais de Mari*, tomo I. Littératures Anciennes du Proche-Orient, 16. Paris: Les Éditions du Cerf, 1997, p. 231.

29 Trata-se de Itûr-Asdû, governador da província de Mari.

30 Jean-Marie Durand – *Archives Épistolaires de Mari 1/1...*, p. 316, l. 5-14 e 27-29.

31 Cf. *Chicago Assyrian Dictionary*, A/2, p. 318.

32 Cf. *Chicago Assyrian Dictionary*, T, p. 357.

um cenário que remete para o relacionamento e o diálogo constantes entre os vários membros da sociedade e os seus deuses, onde a outorga de tarefas e a atribuição de missões constituía um aspeto vital da harmonia social. Os próprios administradores de Mari recebiam o título de *bēl tērtim*, sublinhando o facto de estarem incumbidos de um ofício.

No fundo, *šapārum* e *wu'urum* fazem ambos parte de uma conceção que remete, em última instância, para a ordem do universo, uma ordem hierárquica e assente no cumprimento do destino imposto aos homens pelos deuses – o trabalho.

À parte as estátuas, as moradas e os tronos, tornava-se necessário prover diariamente o sustento dos deuses. O ritual era talvez o aspeto mais importante do culto. Era indispensável garantir quotidianamente a alimentação das divindades através de banquetes e de outras celebrações especiais. Um texto de Mari transmite-nos como se devia desenrolar o ritual mais importante do reino, realizado anualmente em honra da deusa Eštar. Vejamos: “O banquete de Eštar será servido (...) Os cervejeiros, os carpinteiros, os curtidores, os tapeceiros e os tecelões, os trabalhadores especializados (*mār ummēni*) depositarão os seus utensílios. Os barbeiros permanecerão de pé junto dos trabalhadores especializados e depositarão as suas facas<sup>33</sup>. Depois de tomadas estas disposições, um tabuleiro de farinha será colocado diante de Eštar”<sup>34</sup>.

O ritual realizar-se-ia dentro do palácio. A presença dos trabalhadores compreende-se neste sentido. É interessante o facto de o texto fazer a distinção entre as várias categorias profissionais, mencionando depois um grande grupo de especialistas (*mār ummēni*)<sup>35</sup>. Eram estes os trabalhadores mais importantes nos diversos ofícios desenvolvidos nas oficinas do palácio. Neles se englobavam aqueles que trabalhavam essencialmente os produtos derivados da pecuária e da agricultura. Na presença da deusa, cada qual devia despojar-se dos seus utensílios, dos seus instrumentos de trabalho. O ritual representava um momento de comunhão entre o mundo terreno e o mundo divino, no qual a deusa desempenhava o papel de soberana (naturalmente, muito ligada à fecundidade e à fertilidade). Ao depositarem as suas ferramentas, os artesãos garantiam a sua total subserviência à divindade, entregando-lhe o sustento do seu trabalho.

33 O termo *naglabum* é traduzido pelos editores do texto como “razor”. Tratar-se-ia da faca ou da navalha do barbeiro. Cf. Jean-Marie Durand e Michaël Guichard – Les rituels de Mari. In Dominique Charpin e Jean-Marie Durand (eds.) – *Florilegium Marianum*. III: *recueil d'études à la mémoire de Marie-Thérèse Barrelet (Mémoires de N.A.B.U. 4)*. Paris: SEPOA, 1997, p. 57.

34 Jean-Marie Durand e Michaël Guichard – Les rituels de Mari..., III 2, col. i, l. 6' e 10'-19'.

35 Jean-Marie Durand e Michaël Guichard colocam a hipótese deste grupo de *mār ummēni* fazer referência aos trabalhadores do metal. Não excluem, contudo, a possibilidade de se tratar de um grupo que englobava outros ofícios, como os arquitetos (Cf. *Les rituels de Mari*,... p. 48). Na realidade, o termo é um genérico que poderá esconder uma grande variedade de ocupações.

Um aspeto fulcral é focado adiante no texto, quando se indica que “ninguém permanecerá de pé ao serviço do rei”<sup>36</sup>. Ou seja, o soberano, na presença da entidade divina, embora mantendo a sua dignidade, não devia ser tratado com a reverência a que estava acostumado, mas sim como um servo da divindade<sup>37</sup>. Ninguém devia servir o rei, uma vez que a sua presença no ritual se justificava mediante o louvor e o serviço à deusa. O soberano era um membro do mundo humano, uma faceta da obra divina, o que fazia dele, acima de tudo, um trabalhador entre trabalhadores, um servo entre outros servos ao serviço da esfera divina.

Os *mārū ummēni* acima referidos constituíam a força de trabalho especializada do palácio. O termo acádico *ummēni* (pl.) provém da palavra suméria *ummi*, que tem o sentido de “especialista” ou “mestre (artesão)”<sup>38</sup>. Não tinha, todavia, de se tratar necessariamente de um artesão, uma vez que os professores da edubba<sup>39</sup>, na antiga Suméria, eram designados precisamente pelo título de *ummi* (depreende-se, “especialista” da escrita). Assim, parece diferenciar-se sobretudo o trabalhador especializado, ou seja, aquele que havia recebido um treino especial que o conduzia ao aperfeiçoamento do seu ofício. Os *mārū ummēni* podiam também desempenhar as suas funções fora do ambiente palaciano, por exemplo nas grandes casas (*bītum*) existentes no reino.

A estes *mārū ummēni* opunham-se os *kinattum*, que representavam uma força de trabalho não diferenciada<sup>40</sup>, e os *awilūtum*, um termo genérico com o significado de “forças de trabalho” ou “servos”<sup>41</sup>. Isto, claro está, no universo palaciano. Convém sublinhar que o termo *awilūtum* deriva da palavra *awilum*, que significa “homem”. Constituindo aquele um substantivo abstrato, transparece na sua semântica a ideia de uma natureza subjacente ao conceito de homem, ou seja, o trabalho. *awilūtum*<sup>42</sup> compreendia todo o homem que usava a sua força para exercer a sua condição humana – trabalhar.

Esta questão leva-nos ao último ponto do nosso trabalho.

#### 4. O cumprimento da sua função: recompensa e punição

Resta-nos analisar o modo como os deuses reagem à negligência ou recusa por parte do homem em cumprir a condição servil para a qual havia sido ontologicamente concebido. Do mesmo modo, devemos perceber como é que o rei era

36 Jean-Marie Durand e Michaël Guichard – *Les rituels de Mari...*, III, col. li, l. 15'-16'.

37 Não obstante ser referido no texto que o rei se encontrava sentado num lugar particular, tendo a seu lado, também sentado, um funcionário por ele escolhido.

38 *Electronic Pennsylvania Sumerian Dictionary Project*, <http://psd.museum.upenn.edu/epsd/nepsd-frame.html> [Maio de 2018].

39 Escola suméria.

40 Jean-Marie Durand – *Documents Épistolaires du Palais de Mari...*, p. 221.

41 Jean-Marie Durand – *Documents Épistolaires du Palais de Mari...*, p. 221.

42 O termo podia também ter os sentidos de “humanidade”, “ser humano” ou “soldado”, entre outros. Cf. *Chicago Assyrian Dictionary*, A/2, p. 57-58.

recompensado ou punido pelo seu papel enquanto cuidador da obra divina e “executor do trabalho dos deuses”. Ora, como transparece na inscrição de comemoração do templo de Šamaš, ao rei que cumpria o seu dever, trabalhando em favor dos deuses e da sua população, ao irrigador, providenciador e construtor de moradas divinas, os deuses atribuíam grande poder, permitiam a expansão do seu território e da sua autoridade e concediam uma vida longa. Ao invés, àquele que não cumpria o seu dever, os deuses reservavam a ruína.

Este aspeto está patente nos relatórios que Yaqqim-Addu, governador do distrito de Sagarâtum, envia ao último rei de Mari, Zimri-Lîm, e ao seu secretário. Vejamos. No exemplar expedido pelo alto funcionário a Šu-nuhra-Hâlu<sup>43</sup>, o mesmo declara: “quando o meu senhor me enviou para junto dos beduínos, deixei em Qattunân a farinha e as ovelhas para o sacrifício de Amûm de Tehrân”<sup>44</sup>. Esta negligência, como o próprio revela na missiva que envia ao rei, não teria passado despercebida à divindade. Amûm é a designação local do deus mesopotâmico Nergal, muito venerado na margem esquerda do Eufrates, junto a Šuprum, em algumas zonas do Habur e no sul do Sindjar. Os produtos destinados ao seu sustento, a farinha e as ovelhas, teriam ficado retidos em Qattunân, enquanto Yaqqim-Addu, responsável pelo ritual de propiciação da divindade, partira numa outra missão.

A resposta do deus não se fizera esperar. Yaqqim-Addu assim o indica: “Quando cheguei a Sagarâtum, encontrei duas servas mortas em casa. Depois de ter investigado as causas (do incidente), soube o seguinte: ‘Foi devido ao sacrifício de Amûm de Tehrân’. Se for do agrado do meu senhor, irei responder a esse deus”<sup>45</sup>. A punição do deus toma contornos dramáticos. O descuido precipitara o castigo divino que se concretizara na morte de duas servas. A fatalidade atingia diretamente o rei, no sentido em que as duas servas faziam parte do seu “rebanho” (da sua população) e na medida em que o sucedido representava um alerta de perigo para o próprio soberano. Yaqqim-Addu sugeria portanto deslocar-se até junto do deus, realizar o mais prontamente possível o sacrifício e “responder”<sup>46</sup> pela falta cometida. Só assim seria possível restabelecer a harmonia entre o mundo divino e o mundo terreno e recuperar a confiança que os deuses haviam depositado no rei. Só assim o soberano podia fazer valer o seu papel enquanto lugar-tenente dos deuses e encarregado máximo de manter a atividade laboral e a fertilidade do mundo.

43 Secretário do rei Zimri-Lîm.

44 Maurice Birot – *Lettres de Yaqqim-Addu, gouverneur de Sagarâtum (Archives Royales de Mari XIV)*. Paris: Librairie orientaliste P. Geuthner, 1974, documento ARM XIV 11, l. 4-8.

45 Maurice Birot – *Lettres de Yaqqim-Addu...*, documento ARM XIV 10, l. 10-16.

46 Responder pode ter o sentido de “dar satisfações pela falta cometida”.